



# ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 017

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Valdir Rossoni
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Ratinho Júnior
PSC .....	Mauro Moraes

## Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
09 DE ABRIL DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelos senhores deputados Reni Pereira e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente decláa aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. LUIZ ACCORSI (Pela Ordem)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos senhores deputados.

(É procedida a chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. NELSON GARCIA

Por já haver número legal, peço a dispensa de chamada nominal, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos a leitura do 1º secretário, mas já temos quórum visível.

Em discussão a Ata. Em votação.

**Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

**OFÍCIOS**

Sob o nº 365-PGJ, da Sra. Maria Tereza Uille Gomes, procuradora geral de Justiça do Estado, solicitando a apreciação da proposta de anteprojeto de lei que “Dispõe sobre a estruturação do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências”, visando basicamente ao aprimoramento do nível de atuação dessa instituição para atender, com qualidade e celebridade, as demandas da sociedade paraense. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 501/2003 - PGJ, da Sra. Maria Tereza Uille Gomes, procuradora geral de Justiça do Estado, solicitando a apreciação do anteprojeto de lei que visa dar nova redação ao artigo 4º da Lei nº 12.241, de 28/07/1998, com base no disposto do artigo 127, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinando com o estatuído nos artigos 65 e 114, parágrafo 2º, da Constituição Estadual e no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 85, de 27/12/99. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC/062, 063 e 064/2003, do senhor governador do Estado, restituindo os Projetos de Lei nº 640/2002, 207/2001 e 432/2002, de autoria dos deputados Luiz Carlos Martins, Renato Gaúcho e Cezar Silvestri, respectivamente. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

Sob os nºs CTL/CC/065 e 066/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver PROMULGADO os Projetos de Lei nºs:

200/2002: De autoria do deputado Marcos Isfer, que dispõe que o chefe do Poder Executivo encaminhará anualmente ao Poder Legislativo, como parte integrante da prestação de contas, o “Mapa da Exclusão Social”, o

qual convertido em Lei tomou o nº 14.034. **Anote-se - Arquivo-se.**

**063/2003:** De autoria da Bancada do PT, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva, ministro chefe da Casa Civil do Governo Federal, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.038. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 435/2003-GVG, do Sr. Orlando Pessuti, vice-governador do Estado, comunicando que nos dias 12 e 13 do corrente mês, afastar-se-á do País, com destino ao Paraguai a fim de, na cidade de La Paloma del Espiritu Santo, atendendo convite, para visitar a 5ª Expo Regional Canindeyu, da Associação Rural Del Paraguay. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 614

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 138/2003, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 - Estatuto da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 09.04.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

### REQUERIMENTO Nº 615

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 127/2003, que altera dispositivos da Lei nº 11.498/96 - Paranaidade.

Sala das Sessões, em 09.04.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

### REQUERIMENTO Nº 616

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco dos itens 01 a 08, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 09.04.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

### REQUERIMENTO Nº 610

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, a constituição do Fórum Permanente Ítalo-brasileiro na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, considerando:

- que os imigrantes, destacadamente os italianos, por sinais de força, garra, coragem e de determinação, aqui chegaram e construíram cidades, desenvolveram regiões e, principalmente, traçaram caminhos à vida própria e delinearam destinos ao Estado do Paraná;

- que a história do Estado do Paraná teve uma formação lastreada na origem italiana. A contribuição dos imigrantes italianos no País e no Estado se apresenta marcante na dimensão social e econômica alcançada. A

etnia em questão formou, inicialmente, centros urbanos sustentados por uma agricultura minifundiária e familiar;

- que a cultura e as tradições italianas são intensamente cultivadas e divulgadas no Estado do Paraná;

- que a religiosidade estabelecida no Estado vem impulsionada pelas raízes italianas, sendo reconhecidas e difundidas internacionalmente;

- que, em decorrência da fixação dos italianos no Estado e da miscigenação das famílias nas gerações étnicas, a amizade Ítalo-brasileira se intensificou a nível de ensejar constante troca de subsídios, refletindo na busca de maior integração comunitária;

- que o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná preconiza que os fóruns permanentes serão constituídos a requerimento de um décimo dos membros da Assembléia Legislativa e que tratarão de matérias de grande e notório interesse para o povo paranaense e que por sua natureza e complexidade não possam ser acompanhados pelas comissões permanentes;

- que a criação do fórum em comento resultara na intermitente busca de informações e conceitos consubstanciados nas ações entre os dois Países possibilitando serem mantidos e difundidos os intercâmbios de interesse dos mesmos, com repercussões diretas no desenvolvimento espiritual, cultural e social local. Além disso, como muitas das potencialidades do Estado estão entrelaçadas com os costumes e tradições da Itália, é de interesse social ser criada estrutura específica para auxiliar e orientar a matéria em foco;

- que, tendo em vista especialmente o expressivo número de imigrantes italianos fixados no Estado, que representa percentuais superiores às outras etnias, a matéria em questão se apresenta de grande e de notório interesse para o povo paranaense;

- que a imigração italiana no Estado do Paraná hoje ainda marca importantes reflexos em todos os setores, seja de produção ou àqueles voltados ao desenvolvimento social, representando relevantes características à economia estatal.

Solicito, após deliberação do Plenário, seja constituído o Fórum Permanente Ítalo-brasileiro, composto por um representante de cada Partido com representação neste Poder Legislativo, com a participação, se assim for entendido pelos integrantes a serem posteriormente indicados, de outros legisladores, de nível federal ou municipal e de outros Estados da Federação.

Sala das Sessões, em 09.04.2003.

(a) CLEITON KIELSE

### REQUERIMENTO Nº 609

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo

falecimento de João Antônio Miola, ocorrido na terça-feira, 08 de abril de 2003, em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 09.04.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

A comunidade de Santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio do Sr. João Antônio Miola, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória de João Antônio Miola.

**REQUERIMENTO Nº 611**

Senhor Presidente:

O deputado Elton Carlos Welter, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao ministro da Fazenda e ao Conselho Monetário Nacional, solicitando o estudo para que seja revista a posição de diferenciar o preço de garantia do trigo entre a região sul e as demais regiões brasileiras.

Sala das Sessões, em 09.04.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

**JUSTIFICATIVA:**

O governo federal reajustou o preço de garantia do trigo em 40,3% (quarenta vírgula três por cento) para os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e em 50% (cinquenta por cento) para os demais Estados brasileiros, fixando o preço mínimo da tonelada em R\$400,00 (quatrocentos reais) para a região Sul, e em R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para as outras regiões.

A diferenciação de preços já existia no governo anterior e agora foi ampliada por decisão do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. A explicação para os preços diferenciados entre os três Estados do Sul, principais produtores desta cultura, em relação aos outros, seria a necessidade de incentivar o plantio desta cultura nos demais Estados brasileiros.

A justificativa, porém, não convence. A região Sul tem tradição na produção de trigo e o plantio nestes Estados é feito majoritariamente por pequenos agricultores. O custo operacional é até superior no Sul do que nos demais Estados, e a aquisição da produção é feita pelas indústrias da região, que também é a principal consumidora. A produção nacional é de apenas 30% (trinta por cento) da quantidade de trigo consumido no País.

Assim, não há razão para os pequenos produtores do Paraná terem uma garantia de R\$50,00 (cinquenta reais) por tonelada menor do que é garantido para os produtores do vizinho Estado de São Paulo, ou ainda para os produtores de grandes áreas de terra na Bahia, em Goiás ou no Mato Grosso, por exemplo.

Há de se destacar ainda que nos últimos três anos o preço médio de importação do trigo foi superior a US\$190,00 (cento e noventa dólares) a tonelada, enquanto o preço de garantia para os produtores de trigo

do Paraná, mesmo com o aumento de 40,3% (quarenta vírgula três por cento), é de apenas US\$125,00 (cento e vinte e cinco dólares), quando o valor necessário para cobrir o custo total da produção da tonelada do trigo, segundo estudos da Ocepar, é de R\$461,48 (quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta e oito centavos), equivalente a aproximadamente US\$144,00 (cento e quarenta e quatro dólares), considerando o câmbio atual de R\$3,20 (três reais e vinte centavos) por US\$1,00 (um dólar).

Assim, nada mais justo que estender aos triticultores do Sul o preço mínimo de R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), equivalente a US\$140,00 (cento e quarenta dólares, garantindo para os produtores de trigo do resto do País, e que é o valor mais próximo ao do custo total da produção.

**REQUERIMENTO Nº 606**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a implantação de três delegacias de Polícia no município de São José dos Pinhais, em face da absoluta necessidade da melhoria da segurança pública no município, sendo: uma no bairro Guatupê, uma no bairro Planta São Carlos e uma no bairro Afonso Pena.

Sala das Sessões, em 09.04.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

Em 1992, há dez anos atrás, São José dos Pinhais tinha 50.000 (cinquenta mil habitantes) e na época tinha uma delegacia de Polícia composta por uma equipe de policiais civis e uma equipe de policiais militares.

Hoje, no ano de 2003, a população de São José dos Pinhais atinge 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes registrando crescimento de quatro vezes mais. Entretanto, continua com a mesma delegacia do ano de 1992, com o registro de que foi implantada uma Delegacia da Mulher (especializada), inaugurada em 2001.

É público e notório o crescimento populacional e industrial de São José dos Pinhais, o que acarreta hoje, e muito mais no futuro, um fluxo cada vez maior de migrantes, conseqüentemente agravando os problemas da falta de segurança no município.

No ano de 2002, paradoxalmente, foi extinta uma delegacia de Polícia que tinha sido implantada em ano anterior no bairro Planta São Marcos.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 195/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Lar Bom Samaritano, com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

**JUSTIFICATIVA:**

A Sociedade Beneficente Lar Bom Samaritano é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e beneficente, tendo como principais objetivos: a promoção à solidariedade humana, auxiliar pessoas e famílias que estejam necessitando de ajuda financeira, social, cultural, educativa, religiosa e recreativa, a promoção de cursos de formação religiosa, social, econômica e de preparação profissional, conjugar esforços para minimizar os problemas da comunidade.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder a ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficientes e méritos semelhantes.

**PROJETO DE LEI Nº 196/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Hemofílicos dos Campos Gerais com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Hemofílicos dos Campos Gerais é uma entidade sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, tendo como principais objetivos: o atendimento, a assistência e orientação médico-dentário e hospitalar à pessoa do hemofílico desamparado, a assistência educativa e social ao hemofílico e à família deste, o incentivo à pesquisa clínica e de laboratório no terreno da hemofilia, a formação e o aperfeiçoamento acadêmico de profissionais cujas atividades possam concorrer para a consecução das demais finalidades do estatuto da entidade.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficientes méritos semelhantes.

**PROJETO DE LEI Nº 197/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica criado o Programa Nova Chance - PNC -, objetivando promover a reinserção de pessoas acima de quarenta anos no mercado de trabalho.

§ 1º - Estarão habilitados aos benefícios desta lei as pessoas acima de quarenta anos, regularmente inscritas no Programa.

§ 2º - Terão prioridade para preenchimento das vagas oferecidas pelo Programa as pessoas acima de quarenta anos oriundas das famílias em situação de pobreza e que estejam desempregadas.

§ 3º - Serão destinados 10% (dez por cento) das vagas preferencialmente a pessoas acima de quarenta anos portadoras de deficiência.

§ 4º - Serão destinados, no mínimo, 20% (vinte por cento) das vagas preferencialmente para as mulheres que são sustentáculo de família.

§ 5º - Será assegurada ao trabalhador a proteção da legislação trabalhista e das convenções ou acordos coletivos de trabalho ou decisões normativas aplicáveis à categoria profissional a que estiver vinculado.

§ 6º - As relações de emprego beneficiadas com os incentivos desta lei devem estar regulares perante a legislação federal do trabalho e da previdência, cabendo ao empregado todos os ônus legais delas decorrentes.

Art. 2º - Poderão habilitar-se a participar do Programa, mediante a assinatura de Termo de Adesão com o Estado, as cooperativas de trabalho, as micro, pequena e médias empresas, bem como os proprietários de áreas rurais no Estado do Paraná, assim definidos na regulamentação.

§ 1º - Os municípios poderão participar do programa mediante o desenvolvimento de ações complementares, no âmbito de suas competências, através de convênio com o governo do Estado.

§ 2º - As empresas referidas no *caput* deverão apresentar plano de expansão, comprovar a não redução de postos de trabalho nos 3 (três) meses que antecedem à sua habilitação ao Programa e comprometer-se a manter os novos postos de trabalho, relativos aos benefícios desta lei, pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

§ 3º - As empresas que reduzirem o número de postos de trabalho e/ou descumprirem os direitos previstos nesta lei durante sua participação no Programa, além de inabilitar-se para participação futura, deverão devolver ao estado, na forma do regulamento, os valores recebidos.

§ 4º - As empresas e os proprietários de áreas rurais referidos no *caput* deverão declarar a regularidade das suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias nos âmbitos estadual e federal.

§ 5º - Os empresários poderão, na forma do regulamento, substituir o trabalhador contratado desde que mantido o posto de trabalho e respeitada a legislação trabalhista.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar à empresa participante do Programa o valor mensal equivalente ao piso salarial de ingresso da categoria profissional do trabalhador, fixado em convenção ou

acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, até o limite máximo de um salário mínimo regional por trabalhador contratado, durante os primeiros 6 (seis) meses do contrato de trabalho.

§ 1º - Não havendo piso estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, o valor repassado à empresa será equivalente a 1 (um) salário mínimo regional por trabalhador contratado.

§ 2º - No caso de contratos para meia jornada de trabalho, o repasse do Estado será de metade dos valores previstos no *caput* deste artigo e seu § 1º.

Art. 4º - As empresas habilitadas poderão contratar, através do Programa, até 20% (vinte por cento) de suas forças de trabalho, sendo que as que contarem com até 4 (quatro) empregados poderão contratar apenas 1 (um) trabalhador.

Art. 5º - O PNC será regulamentado pelo Poder Executivo Estadual, que estabelecerá o órgão responsável pela coordenação e supervisão do Programa.

Art. 6º - O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado, trimestralmente, quadro demonstrativo do Programa Nova Chance - PNC -, que deverá informar o nome da empresa habilitada, município de localização, número de postos de trabalho gerados e data de admissão do trabalhador contratado.

Art. 7º - Os recursos para o Programa poderão ser oriundos do Tesouro do Estado e de outras fontes, mediante convênios com a União, municípios, entidades governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

A Administração Pública Estadual está voltada para o combate à fome, à criminalidade e ao desemprego, e a proposição em tela contribui com essas diretrizes.

É preciso definir políticas públicas voltadas a solucionar o problema do desemprego, posto que, sem trabalho, impossível o exercício da cidadania e a perspectiva de desenvolvimento social imprescindível inclusive para combater a criminalidade.

As pessoas acima dos quarenta anos se ressentem de oportunidades de trabalho e merecem atenção especial do Poder Público, criando novas oportunidades para essa parcela de cidadãos, que cresce a cada dia em razão do envelhecimento da população.

Sem dúvidas, o governo do Estado está promovendo a geração de novos empregos com critérios mais favoráveis na incidência do ICMS. Contudo, ainda há

mais possibilidade e a presente proposta visa criar outra perspectiva para o trabalhador paranaense.

Estamos certos de que os senhores deputados e o senhor governador, sensíveis ao problema, não lhe negarão acolhimento.

#### PROJETO DE LEI Nº 198/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa "Força Voluntária", destinado a incentivar o trabalho voluntário nos órgãos públicos e nas instituições privadas com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos, de assistência social e de saúde, de fins não lucrativos.

Art. 2º - O Programa compreende:

I - a instituição da Força Voluntária destinada às ações de particulares em colaboração com o Poder Público;

II - incentivar servidores públicos, abrangendo os servidores estatutários, contratados e temporários, à realização de trabalho voluntário.

Art. 3º - A Força Voluntária será formada por pessoas físicas interessadas em contribuir com serviços voluntários à consecução dos objetivos do Poder Público, em suas diversas áreas de atuação.

Art. 4º - Poderão inscrever-se como voluntários pessoas que preencham os seguintes requisitos:

I - ter mais de 18 (dezoito) anos;

II - estar em dia com as obrigações eleitorais;

III - ter concluído o ensino fundamental;

IV - não ter antecedentes criminais.

Art. 5º - O serviço voluntário consistirá na prestação de atividade não remunerada, por 2 (duas) horas semanais, no mínimo, sem vínculo empregatício e isento de obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 6º - O serviço voluntário será exercício mediante celebração de termo de adesão entre a entidade pública e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objetivo e as condições de seu exercício.

Art. 7º - As doações à Força Voluntária, por pessoas físicas ou jurídicas, serão feitas através de termo de doação específico, o qual conterá o objeto e a qualificação do doador.

Parágrafo Único - As doações em dinheiro serão direcionadas para:

I - aquisição de materiais necessários à realização do serviço voluntário;

II - uniformização, identificação e administração do pessoal voluntário;

III - confecção de material didático aos participantes da Força Voluntária, versando sobre:

- a) o Estado e suas funções;
- b) atribuições específicas do órgão público em que o serviço voluntário é realizado;
- c) deveres e responsabilidades do agente público;
- d) direitos e deveres do voluntário.

Art. 8º - O Chefe do Poder Executivo determinará o órgão da administração direta responsável pela administração dos recursos e das pessoas que manterão a Força Voluntária.

Art. 9º - Os voluntários serão conduzidos aos órgãos públicos de acordo com o interesse público e as especialidades de cada um, após treinamento promovido pela organização do serviço voluntário.

Art. 10 - O Poder Público estimulará entre seus servidores a prática do voluntariado na comunidade.

§ 1º - cada órgão da administração Direta organizará levantamento dos servidores interessados em realizar atividades voluntárias, os quais fornecerão seus currículos e indicarão as suas áreas de interesse, a disponibilidade de horário e locomoção e as atividades das quais gostariam de participar.

§ 2º - O Estado realizará convênios com organizações não governamentais, serviços sociais autônomos, organizações sociais, organizações da sociedade civil e de interesse público, entidades filantrópicas, entidades de utilidade pública e outras que atendam ao disposto no artigo 1º, visando o aproveitamento dos voluntários.

§ 3º - Aplicam-se ao servidor voluntário as disposições contidas nos incisos I, III e IV do artigo 5º desta lei.

Art. 11 - O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 12 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O trabalho voluntário já faz parte da cultura brasileira e tem beneficiado milhares de pessoas que precisam de ajuda.

São muitas as entidades que prestam serviços de utilidade pública, agindo em áreas de atuação exclusiva do Estado ou não, melhorando a qualidade de vida de pessoas carentes de recursos financeiros.

Como se sabe, essas entidades não se mantêm apenas com seus próprios meios, mas também por doações e auxílios do Poder Público, por exemplo. Mas há um elemento que é essencial à comunidade de suas atividades: o trabalho voluntário.

PROJETO DE LEI Nº 199/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Violência Zero, voltado à adoção de medidas preventivas de segurança pública destinadas a reduzir os índices de criminalidade no Estado do Paraná.

Art. 2º - Serão instalados detetores de metais nas portas de entrada dos edifícios onde se encontrem instalados tribunais estaduais, fóruns, delegacias e presídios.

Art. 3º - Nas delegacias com celas de alojamento e nos presídios serão também instalados bloqueadores de contato por telefone celular.

Art. 4º - Serão instalados detetores de metais nas portas de escolas que se encontrem localizadas em regiões com índices de criminalidade acima dos regulares, assim definidas a critério das Inspetorias Regionais de Ensino ou a pedido das comunidades escolares.

Art. 5º - Serão instalados detetores de metais nos veículos coletivos de transporte intermunicipal de passageiros que transitem por vias consideradas de risco acima do regular, assim definidas a critério da Polícia Rodoviária Estadual e da Secretaria da Segurança Pública do Estado.

Art. 6º - Fica obrigado a instalação de câmeras de vídeo nas composições de transporte urbano interligadas com a Polícia Civil e Militar, nas cidades com mais de 500 (quinhentos) mil habitantes, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e será regulamentada pelas instâncias próprias: Poderes Executivo e Judiciário, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de lei instituir o Programa Violência Zero, obrigando adoção de medidas preventivas de segurança pública com a instalação de detetores de metais e câmeras de vídeo em locais de intenso acesso do público, como tribunais estaduais, fóruns, delegacias, presídios, escolas públicas em locais que favoreçam os alunos oriundos de escolas públicas que mantenham

curso noturnos em locais de alto índice de criminalidade e veículos de transporte, urbano, interestadual e intermunicipal que transitem por vias consideradas de índice de criminalidade acima do regular.

O Estado do Paraná dispõe de competência para legislar sobre a matéria já que se trata de garantia da segurança pública em locais de prestação de serviços públicos estaduais.

O artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal prescreve que “são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”. Trata-se da chamada “competência remanescente ou reservada” em que os Estados poderão legislar sobre todas as matérias que não estejam enumeradas para a União ou para os municípios. Como explica o constitucionalista José Afonso da Silva, a competência reservada ou remanescente “compreende toda matéria não expressamente incluída numa enumeração, reputando-se sinônimas as expressões reservada e remanescente com o significado de competência que sobra a uma entidade após a enumeração da competência de outra (artigo 25, parágrafo 1º: cabem aos Estados as competências não vedadas pela Constituição).” Da mesma forma, o mestre Alexandre de Moraes ensina que “os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhe estiverem vedadas implícita ou explicitamente.”

Não há previsão constitucional de competência privativa da União para legislar sobre matéria relacionada à segurança nos locais de prestação de serviços públicos estaduais como tribunais, fóruns, delegacias, presídios, escolas públicas ou transporte coletivo urbano e intermunicipal de passageiros. Tratando-se de serviços públicos de titularidade estadual, é o Estado-membro quem dispõe de competência para legislar sobre aspectos específicos que digam respeito à segurança na sua prestação.

No aspecto material o projeto de lei vai ao encontro da implementação de um dos princípios que disciplinam, a prestação dos serviços públicos - a sua adequação às necessidades dos usuários. Acentua Celso Antonio Bandeira de Mello, que a “adaptabilidade” - ou seja, a atualização e modernização dos serviços públicos dentro das possibilidades econômicas do Poder Público - constitui-se num dos princípios informadores do regime jurídico do serviço público.

Como acentua Adilson de Abreu Dallari, a primeira nota do serviço público é o seu caráter de responder a uma necessidade essencial da população. Como o serviço público é destinado a todos, a generalidade - universalidade na oferta do serviço - é uma característica que não pode dele ser afastada, pois, como salienta, o jurista Marçal Justen Filho, “se o serviço não se destina a ser ofertado a um número indeterminado de usuários, sequer se caracteriza como público”. Daí a necessidade premente de garantir a segurança dos usuários, reconhecida expressamente em diplomas legislativos como o artigo 6º parágrafo 1º da Lei Federal nº 8987/95, que define o serviço público adequado como “o que satisfaz

as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas”. Da mesma forma, o artigo 22, *caput* do Código de Defesa do Consumidor dispõe que “os órgãos públicos, por si ou por suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes e seguros, é quanto aos essenciais, contínuos”.

Sendo a segurança direito fundamental insculpido no artigo 5º, *caput*, da nossa Carta Magna, o presente projeto de lei pretende dar um passo na tarefa de efetivá-lo na órbita dos serviços públicos estaduais, protegendo seus usuários e prestadores mediante a instalação de detectores de metais e câmeras de vídeo que atuarão preventivamente no combate à violência.

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Encerrada a leitura do Expediente.

Quero registrar e agradecer a presença da escola Pingo de Gente, alunos da 6ª série, de Campo Largo. Bem-vindos à Assembléia!

Queremos comunicar que no dia de hoje é o aniversário do deputado estadual Alexandre Curi. O deputado convida a todos para um jantar no Ile de France, sujeito à confirmação com o próprio deputado.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PL; PSC; PSL; PS; PDT.

(Declinam)

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu Horário.

Com a palavra o presidente do Partido dos Trabalhadores, deputado André Vargas, representante da região de Londrina, onde o Lula estará no dia 12.

#### O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

De fato, além dessa informação que já é repetida, não é novidade, o presidente Lula, por algum problema extraordinário estará em Maringá para inaugurar a fábrica de sucos da Cocamar.

Diga-se de passagem, estive nas duas visitas do então candidato a presidente, Luiz Inácio Lula da Silva a essa fábrica. Algo inusitado que leva o progresso àquela região, sem dúvida nenhuma a inauguração dessa fábrica representa um avanço no desenvolvimento econômico do interior do Estado e mostra a força do cooperativismo levado a sério; do cooperativismo levado nos termos adequados e não o cooperativismo com apenas uma oportunidade de junção e de negociação de produtos.

É uma cooperativa moderna, não só a fábrica de sucos, inúmeros produtos da Cocamar no mercado e me parece que essa visita do Lula a Maringá e depois a Londrina também significa para o Paraná um momento importante, já que o presidente Lula tem se pronunciado



por inúmeras vezes que se o combate à fome é a sua prioridade, do ponto de vista imediato, se a necessidade da nação e todos os setores se integrarem para promover o combate à fome e a exclusão social, mas também tem dito que só a geração de emprego e renda e uma política consistente de desenvolvimento do País garantirá cidadania plena aos brasileiros.

Mas também faço uso da tribuna neste momento por cessão da minha líder Luciana Rafagnin, também no sentido de além de convidar a todos para um evento inusitado, importante, que é a visita do ministro da Saúde na próxima sexta-feira às 8h00, quando estará discutindo o combate à dengue em específico com os secretários da região Sul do País.

Acabo de também informar ao deputado Doutor Luciano, no sentido de que seria importante também, a presença da Comissão de Saúde desta Casa para também estar lá aprofundando o debate.

Quando diziam que a dengue era um problema só de Londrina, hoje vemos na Gazeta do Povo um mapa que também nos assusta. Nas cidades em torno e mesmo em cidades longínquas, com população diminuta, nós vemos a dengue se tornar uma doença do Sul do País.

Por isso a vinda do ministro é importante, os investimentos na área da saúde especialmente na Fundação Nacional de Saúde serão relevantes para que não nos tornemos uma referência negativa do ponto de vista do não combate à dengue, do trabalho de prevenção.

Vale dizer que a imprensa, a sociedade como um todo e o Poder Público têm que estar irmanados no combate à dengue.

Irmanados, pois trata-se de uma doença que tem demonstrado resistências enormes, inclusive mesmo combatida da forma tradicional.

A Universidade Estadual de Londrina acaba de produzir também uma forma e um remédio de combate a dengue que pode, se popularizado for, atender as demandas, não só do Estado, como do País. E busca, no Estado e na União, recurso para tal.

Para concluir, senhor presidente, também, como deputado, estive recentemente com o nosso secretário de Indústria e Comércio, o Mussi, levando lá uma preocupação da nossa região e do interior do Estado. Foi nítido o procedimento do passado de privilegiar, no processo de industrialização, a capital e a região metropolitana, mais uma cidade do que outras, o desenvolvimento econômico fora transformado em um instrumento de política e de politicagem, pois que além dos aparentes benefícios gerados pela industrialização, também trouxe para a Capital e Região Metropolitana, também os males do crescimento abusivo, crescimento artificial, muitas vezes, da população. Aventado como uma possibilidade de emprego, com o surgimento das montadoras no interior, o número que a Capital e Região Metropolitana receberam, certamente teve em aumentado, e muito, as suas demandas sociais e a falta, inclusive, de infra-estrutura.

Preocupados estávamos, porque em Londrina estamos empenhados nesse processo. Havíamos sido procurados por uma empresa da área de embalagens, que a boa negociação nos faz não revelar o nome, e tendo vindo á capital em uma negociação com o governo do Estado no sentido de entender qual seria a política de desenvolvimento econômico do Estado, boatos gerados diziam que algum assessor fantasma que nós não descobrimos e que de fato não existe, pela informação do doutor Mussi, havia canalizado essa empresa para se instalar em Campo Largo. Estando lá o deputado Paulo Bernardo, com este deputado e o doutor João Rezende, presidente da Codel, o presidente e secretário da Indústria e Comércio nos desfez essa dúvida e reafirmou o seu compromisso de descentralizar a política de desenvolvimento econômico, conforme prevê a vontade política e a determinação do governador.

Portanto, era para isso, senhor presidente, que fiz uso da palavra. Devemos estar vigilantes para o processo de andamento nesse segmento também, para que o interior tenha a atenção que merece.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Passamos ao Horário destinado à Liderança do: PPB; PMDB; PFL.

**(Declinam)**

**O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Só para registrar a presença do vereador Joel e Dido Oscar, os companheiros da cidade de Mariluz, e também o vereador, presidente da Câmara, nosso companheiro Agelin, de Perobal, mais o vereador Toninho da Farmácia e o Pernambuco.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Agradecemos, deputado Nelson Garcia, bem como as visitas registradas.

Pela ordem, com a palavra o deputado André Vargas.

**O SR. ANDRÉ VARGAS**

Para anunciar a presença do ex-secretário de Meio Ambiente de Maringá, que hoje tomou posse na Diretoria Executiva e Regional do Ibama, companheiro Marino E. Gonçalves, e também nos congratulamos com a sua nomeação para um órgão importante, neste momento, do Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Agradecemos o deputado André Vargas e parabênizo o companheiro Marino, de Maringá, pela posse realizada hoje.

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do: PSDB, PTB, PSB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

**(Declinam)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passamos à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Rafael Greca constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 616, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco para os itens 01 a 08 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 046/2002 veto aposto ao Projeto de Lei nº 514/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder isenção do ICMS na compra de motocicletas à categoria do moto-taxistas. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 58/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 498/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 514/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo isentar do ICMS a aquisição de motocicletas, adquirida de revendedor no Estado do Paraná, de qualquer cilindrada, destinada ao efetivo emprego como "moto-táxi" e, ainda, outorgar crédito fiscal a ser apropriado em conta gráfica no livro próprio de "Apuração do ICMS", nas operações interestaduais com

produtos que se utilizem da matéria-prima trigo, assim como adotar outras providências.

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência decorre do resultado de análise feita pela Secretaria de Estado da fazenda (Coordenadoria da Receita do Estado) que, considerando a medida inconstitucional, assevera:

"Impõe-se o veto ao citado projeto de lei, pois, concede os seguintes benefícios fiscais relativos ao ICMS: em seus artigos 1º e 2º, isenção do tributo estadual nas saídas de motos destinadas ao emprego como "moto-táxi", em seu artigo 3º, crédito fiscal nas operações que especifica. Deve ser observado que, quaisquer benefícios fiscais relativos ao ICMS que importem em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus, somente podem ser concedidos com a anuência de todas as Unidades Federadas, através de celebração de convênios, firmados especificamente para esse fim, junto ao Conselho de Política Fazendária - Confaz. Esta determinação está contida no artigo 155, XII, "g", da Constituição Federal, assim transcrito *verbis*:

"Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

...

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

...

§ 2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

...

XII - cabe à lei complementar:

...

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados".

Como já existia lei complementar regulando a matéria desde 1975 (LC n. 24/75), esta foi recepcionada pela Carta Magna de 1988, cujo artigo 1º e seu parágrafo único, inciso IV, assim dispõe, *verbis*:

"Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - à quaisquer outros incentivos ou fatores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;"

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 514/2001, encontra-se publicado no DA nº 202/2001, de 13.12.2001, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 514/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 514/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder isenção do ICMS na compra de motocicleta à categoria de moto-taxistas.

Tendo sido aprovado nesta Casa de Leis, foi o respectivo autógrafo encaminhado ao senhor governador que, exercendo seu poder de veto, assim o fez, e, no prazo constitucional comunicou o fato a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Desta forma, a proposição de veto está em condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**ITEM 02**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 049/2002 veto apostado ao Projeto de Lei nº 454/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que cria o programa estadual de arrendamento comunitário de propriedades rurais. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 136/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 487/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 454/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir "no âmbito do Estado do Paraná o Programa Estadual de Arrendamento Comunitário de Propriedades Rurais, denominado institucionalmente de "Terra Solidária".

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento porque, tratando de medida legal cuja execução demandaria recursos públicos não previstos na Lei Orça-

mentária, fato que bem demonstra a inconstitucionalidade da proposição, por ferir os artigos 133 e seguintes da Carta Estadual e, ainda, face impedimentos contidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 454/2001, encontra-se publicado no DA nº 200/2001, de 13.12.2001, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 49/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 454/2001, de autoria do Nelson Tureck, criava o Programa Estadual de Arrendamento Comunitário de Propriedades Rurais e dá outras providências.

O projeto foi vetado pelo senhor governador porque sua execução demandava recursos públicos não previstos na Lei Orçamentária, ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e os artigos 133 e seguintes da Constituição Estadual.

O veto foi apostado no prazo legal e se encontra de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que assim dispõe:

"Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

*Omissis*

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado."

Pelo exposto, opino favoravelmente a sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 08.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 060/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 012/2001, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza os servidores civis e militares, faltarem ao serviço até 04 (quatro) dias para doação de sangue. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 155/2002.

Curitiba, 24 de abril de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 037/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 012/2001, por julgá-lo inconstitucional porque, não tem sido de iniciativa do Poder Executivo, fere o artigo 66, inciso II, da mesma Carta Constitucional, que confere essa competência ao governador do Estado. Ademais, vale ressaltar que tal matéria já tem trato cabível através do Decreto nº 4.868, de 05 de outubro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 012/2001, encontra-se publicado no DA nº 016/2002, de 12/03/2002, em Redação Final).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 060/2002

#### P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 012/2001, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza os servidores civis e militares, faltarem ao serviço até 04 (quatro) dias para doação de sangue.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido aposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 063/2002, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 287/2001 - Mensagem nº 024/2001, de autoria do Poder Executivo, que objetiva criar na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e

vinte e oito) cargos em comissão com a denominação de assistente de segurança e simbologia 9-C. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 003/2002.

Curitiba, 07 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 427/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 287/2001, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a transformação de 328 (trezentos e vinte e oito) cargos de provimento em comissão de assistente de segurança, símbolo 9-C, do Departamento da Polícia Civil, da secretaria de Estado da Segurança Pública, para agentes administrativos, da mesma simbologia e lotação. Visa, ainda, o projeto de lei em referência, a não aplicação do artigo 7º, da Lei nº 11.071m de 22 de março de 1995 (limitador de remuneração do Poder Executivo), aos ocupantes de cargos de carreiras definidas pela Lei nº 11.864, de 31 de outubro de 1997 (Quadro de Pessoal do Iapar), tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do artigo 5º.

O não acolhimento ao referido artigo 5º, decorre da indiscutível inconstitucionalidade do mesmo, tendo em vista que, por ser originário de Emenda dessa augusta Assembléia Legislativa, fere os mandamentos do artigo 68, inciso I, da Carta Estadual, os quais vedam a apresentação de emendas que impliquem em aumento de despesa nos projetos de lei cujo início do processo legislativo seja de exclusiva competência do governador do Estado. Vale assinalar que a matéria, em seu prisma original, foi proposta pelo chefe do Poder Executivo, através da Mensagem nº 024/2001, de 27 de junho de 2001, no uso da atribuição que lhe é previamente reservada pelo artigo 66, inciso I, da Constituição Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 287/2001, encontra-se publicado no DA nº 201/2001, de 13/12/2001, em Redação Final).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 063/2002

#### P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar parcialmente o Projeto de Lei nº

287/2001, de autoria do Poder Executivo, que objetiva criar na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão com a denominação de Assistente de Segurança e simbologia 9-C.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

## ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 067/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 356/99, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo 55 da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 188/2002

Curitiba, 14 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 078/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 356/99/, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao parágrafo 4º, do artigo 55, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do ICMS).

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Fazenda considerando a medida incentivadora de inadimplência no recolhimento do tributo e, portanto, contrária aos superiores interesses públicos, conforme motivos detalhadamente contidos nas anexas cópias autênticas, de cujo ponto de vista, por mim ratificado, faço as razões fundamentais do veto ora apostado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 356/99, encontra-se publicado no DA nº 077/99, de 23/06/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 067/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 356/99, de autoria do deputado Antonio Anibelli, visa dar nova redação ao parágrafo 4º

do artigo 55 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, reduziu o valor da multa aplicada aos contribuintes que descumprem a legislação do ICMS.

O projeto foi vetado pelo senhor governador sob o argumento de que este incentiva à inadimplência do ICMS, bem como reduz a arrecadação do Estado ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal porque desacompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

O veto foi apostado no prazo legal e se encontra de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que assim dispõe:

“Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

*Omissis*

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídios, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.”

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

## ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 070/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 068/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que revoga a Lei nº 7.826, de 29 de dezembro de 1983, que alterou o Código da Polícia Militar do Estado. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 191/2002.

Curitiba, 14 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 062/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 068/2001, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe

do Poder Executivo, fere o artigo 66, inciso III, da referida Carta Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 020/2001, encontra-se publicado no DA nº 020/2001, de 20/03/2001).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO Nº 070/2002

APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 68/2001

#### P A R E C E R :

Projeto de Lei nº 068/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que revoga a Lei nº 7.826, de 29 de dezembro de 1.983, que alterou o Código da Polícia Militar do Estado.

Tendo sido aprovado nesta Casa de Leis, foi o respectivo autógrafo encaminhado ao senhor governador que, exercendo seu poder de veto, assim o fez, e, no prazo constitucional, comunicou o fato a esta Assembléia do Estado.

Desta forma, a proposição de veto está em condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

#### ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 071/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 121/2001, de autoria dos deputados Hermes Fonseca e Irineu Colombo, que regulamenta para dar efetividade aos artigos 48 e 49, entre outros, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000). Obrigando o Executivo Estadual a manter sítio único na rede eletrônica (internet), conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 193/2002.

Curitiba, 14 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 085/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII e artigo 71, parágrafo 1º, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 121/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista esclarecimentos da Secretaria de Estado da Fazenda, de que as pretendidas informações via internet, já são prestadas através do endereço [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br) (ícone Fazenda Estadual).

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 121/2001, encontra-se publicado no DA nº 035/2001, de 10/04/2001).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO-VETO Nº 071/2002

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 121/2001, de autoria do deputado Irineu Colombo e Hermes Fonseca, regulamenta a Lei de Responsabilidade Fiscal, obrigando o Executivo Estadual a manter site único na internet conforme especifica a proposta.

A proposição foi vetada pelo Executivo sob a alegação de que tal iniciativa é contrária aos interesses públicos.

Chamada essa Comissão a manifestar-se sobre o veto ao projeto, verificou-se que o Executivo respeitou os preceitos legais.

Portanto, nosso parecer é favorável à análise do veto em Plenário.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

#### ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 077/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 348/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatória a notificação aos médicos de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS do resultado do exame que comprove a existência de doença que acarrete risco de vida para o paciente. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 211/2002.

Curitiba, 21 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 059/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 348/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os laboratórios particulares e os contratados e conveniados que integram o Sistema Único de Saúde - SUS - ficam obrigados a notificar aos médicos os resultados de exames que indiquem a existência de doenças que possam colocar em risco a vida do

paciente. Visa, ainda, adotar outras providências sobre o assunto.

A negativa da sanção ao projeto de lei em causa, decorre de manifestações da Secretaria de Estado da Saúde, salientando que a medida, na forma como está posta, fere dispositivos ao Código de Ética Médica (artigo 31), pois confere aos laboratórios atribuição exclusiva dos médicos (diagnosticar patologias), assim como trata de matéria já definida pelo artigo 269, do Código Penal Brasileiro (dever dos médicos nos casos de doenças cuja notificação seja compulsória).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 348/2001, encontra-se publicado no DA nº 113/2001 de 27/08/2001).**

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 077/2002

## P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 348/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que visa tornar obrigatória a notificação aos médicos de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS do resultado de exame que comprove a existência de doenças que acarrete risco de vida para o paciente.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

**Em discussão.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA **(Para Encaminhar)**

Senhor presidente, conforme o requerimento que está na mesa, um pedido da liderança do Governo, nós também queríamos recomendar à Casa para que vote pela manutenção dos vetos com a expressão SIM, do item 01 ao item 08, para que sejam mantidos os vetos.

Esse é o encaminhamento.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN **(Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu só gostaria de dizer que o item 01 da pauta está aqui como de autoria do deputado Geraldo Cartário, mas houve uma junção de projetos, porque havia três com o mesmo teor: um do deputado Geraldo Cartário, um de minha autoria e um outro do deputado Ademir Bier.

Então, na época, foram juntados esses projetos e, na verdade, temos interesse também nesse projeto, mas, conversando com o deputado Geraldo Cartário e também sabendo que esse projeto mexe na arrecadação do Estado, queira ou não, precisa ter uma previsão porque vai deixar de arrecadar.

Então, é preciso que o Estado também esteja prevenido para isso.

Sendo assim, somos favoráveis pelo voto SIM, mas estamos discutindo, junto com o deputado, e estaremos reapresentando esse projeto depois de um estudo mais aprofundado, mas ainda neste ano estaremos reapresentando-o.

O SR. PRESIDENTE **(Natálio Stica)**

Em votação.

Em se tratando de veto, a votação será secreta.

Peço, por gentileza, ao senhor 1º secretário, Reni Pereira, que proceda à chamada dos senhores deputados para a votação.

Lembro que para a manutenção do veto a expressão será SIM, para a derrubada do veto a expressão será NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Reni Pereira)**

**(Procede à chamada nominal)**

O SR. PRESIDENTE **(Natálio Stica)**

Queremos registrar, a pedido da deputada Cida Borghetti, a presença do prefeito de Atalaia, Sr. Giglio.

Agradecemos a visita.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Reni Pereira)**

36 deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE **(Natálio Stica)**

Convoco, para fazer o escrutínio dos votos, os senhores deputados: Litro, Padre Paulo e Dobrandino.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Reni Pereira)**

Só para corrigir, com a não votação do senhor deputado Geraldo Cartário, são 35 senhores deputados votantes.

O resultado foi: 01 voto, NÃO; 34 votos, SIM.

O SR. PRESIDENTE **(Natálio Stica)**

**Estão mantidos os vetos.**

## ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação da Lei nº 3.415, de 02 de dezembro de 1957, que declarou de Utilidade Pública a Associação das Senhoras da Caridade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCI. **Aprovado, artigo por artigo.**



## ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2003, que objetiva alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS), modificando e acrescentando dispositivos em seu anexo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/2003, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que altera o artigo 1º da Lei nº 12.385, de 28 de dezembro de 1998, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - Anjo da Guarda. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 606, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 610, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 611, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 614 e 615, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 609, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14 à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 080, 082, 088, 089, 090, 091, 098 e 099/2002.

Lembra que amanhã, dia 10 de abril será realizado o trabalho interno das CPI's.

Levanta-se a Sessão.

### Ata de Comissão:

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dia do mês de março do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do senhor deputado Francisco Bühler e com a presença dos seguintes deputados: Delegado Bradock, Plauto Miró Guimarães, Cida Borghetti, Pedro Ivo Ilkiv, Neivo Beraldin e Ailton Araújo. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião com o fim específico de proceder a eleição para vice-presidente, onde constatou-se a maioria dos votos no nome do senhor deputado Ailton Araújo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Rosângela de Fátima Borba Zaclikevis, secretária desta Comissão.

(aa) FRANCISCO BÜHLER - Presidente

Rosângela de Fátima Borba Zaclikevis - Secretária

### Atas de CPI:

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO BANESTADO ATA DA 5ª REUNIÃO

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Sampaio (plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Elza Correia, Luciana Rafagnin, Miltinho Pupio, Nelson Justus, Francisco Bühler, Doutor Luciano, Pedro Ivo Ilkiv e Ademir Bier. Havendo número legal o senhor presidente deu início aos trabalhos requerendo a deliberação sobre os seguintes assuntos: convocação da Sra. Tereza Grossi, ex-diretora de Fiscalização do Banco Central, bem como do Sr. Alceu Carlos Pleisner, interessado em contribuir para com esta Comissão; solicitação de documentos referentes aos trabalhos de auditoria em andamento relativos à Agência de Fomento; cópias dos contratos com a Secretaria da Fazenda sobre o cumprimento da Resolução nº 98/98 do Senado Federal, entre o Banestado e o Governo Estadual referente ao repasse específico contido em suas cláusulas; todas as Atas da assembléia geral ordinária e extraordinária referente ao exercício do ano de 2000 do Banestado, bem como das empresas do conglomerado; relatório, opiniões e sanções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM em relação ao Banestado, nos exercícios de 1996 a 2000. Em votação - APROVADO. A seguir o deputado Pedro Ivo Ilkiv requereu a solicitação da relação de todas as garantias recebidas e suas destinações, no período de 1994 a 2000, abrangendo o Conglomerado Banestado e Agência de Fomento, discriminando por contrato e tomador de recursos; todas as ações ajuizadas pela Agência de Fomento, em relação aos ativos do Banestado. Em votação - APROVADO. O senhor deputado Miltinho Pupio requereu a aprovação da convocação



de qualquer funcionário de todos os escalões do Banestado e do Conglomerado, independente da forma de ingresso, que exerceram funções de 1994 a 2000. Em votação - APROVADO. A seguir o senhor presidente agradeceu a presença dos convocados para prestar esclarecimentos a esta Comissão o senhor Georg Ernest Wierlar, ex-contador do Banestado; Domingos Matias da Silva, auditor e a Sra. Eliady Werneck Andrade, ex-assessora do vice-presidente do Banestado, bem como da senhora Zinara Marcet de Andrade Nascimento, membro do Conselho dos Funcionários do mesmo, que compareceu independentemente de convocação. Após a leitura do termo de compromisso, os convocados passaram a responder as inquições dos deputados presentes, as quais constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes e pelo secretário da Comissão.

(a) NEIVO BERADIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
SEDU/PARANACIDADE  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, às 16h30, foi realizada a terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da SEDU/PARANACIDADE. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Luiz Fernandes da Silva Litro e justificada a ausência do senhor Padre Paulo Campos. O senhor presidente iniciou os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior e fez a entrega de cópias de documentos diversos. Comunicou a todos os membros presentes, sobre a reunião com o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Henrique Naigeboren, onde foram discutidos assuntos referentes à CPI. Informou a todos os membros da CPI, sua preocupação na demora do recebimento dos documentos solicitados aos órgãos públicos. O senhor deputado Artagão Júnior, informou que os servidores Harry Avon e Ignez de Lourdes Borges Russ, ambos assessores jurídicos da Inspeção do Tribunal de Contas do Estado, estão autorizados oficialmente para prestarem serviços jurídicos à CPI; sugeriu também, ao senhor presidente, que fosse encaminhado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, solicitação de documentos complementares à solicitação anteriormente feita àquela Secretaria. O senhor presidente, colocou a sugestão do senhor relator à apreciação de todos, as quais foram acatadas. O senhor presidente comprometeu-se em reivindicar solicitação dos demais servidores do Tribunal de Contas, não libera-

dos oficialmente pelo presidente daquele órgão. APROVADO. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrou a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

**Pauta da CCJ:**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PAUTA 15.04.2003  
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 110/2003, autor: deputado Nereu Moura, que institui a Região Metropolitana de Cascavel. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 20.03.2003.**

Projeto de Lei nº 130/2003, autor: deputado Mauro Moraes, concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao desembargador Otto Luiz Sponholz. **Relator: deputado Chico Noroeste, designado em 26.03.2003.**

Projeto de Lei nº 138/2003, autor: Poder Executivo, altera dispositivos da Lei Complementar nº 14/82 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná). **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 26.03.2003. Vistas ao deputado Delegado Bradock em 08.04.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
RELAÇÃO DOS PROJETOS E  
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 121/2003, autor: deputado José Maria Ferreira, concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Padre Haruo Sasaki. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 10.04.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
RELAÇÃO DOS PROJETOS E  
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei Complementar nº 134/2002, autor: deputado José Maria Ferreira, regulamenta o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná (soberania popular mediante plebiscito, referendo, iniciativa popular). **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 10.04.2003.**

Projeto de Lei nº 648/2002, autor: deputado José Maria Ferreira, regulamenta o artigo 8º das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná de 1989. **Relator: deputado Hermes Fonseca, designado em 10.04.2003.**

Projeto de Lei nº 125/2003, autor: deputado Tadeu Veneri, altera a Lei Estadual nº 11.911 de 1ª de dezembro de 1997 (Transporte Gratuito Portadores de Deficiência).

Projeto de Lei nº 170/2003, autor: deputado Hermas Brandão, altera a Lei Estadual nº 11.911 de 1º de dezembro de 1997 (transporte gratuito á deficientes).  
**Anexos - Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 10.04.2003.**

Projeto de Lei 163/2003, autor: deputado Doutor Luciano, proíbe a discriminação aos portadores de vírus HIV ou às pessoas com a AIDS e dá outras providências.

**Relator: deputado Hermes Fonseca, designado em 10.04.2003.**

Projeto de Lei 166/2003, autor: deputado Hermas Brandão, altera a Lei nº 13.131, de 16 de abril de 2001, que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Ibiporã. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 10.04.2003.**

Projeto de Lei 171/2003, autor: deputado Nelson Justus, altera a Lei nº 9.148, de 15 de dezembro de 1989, que declarou de Utilidade Pública o Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba. **Relator: deputado Tadeu Veneri, designado em 10.04.2003.**